

A acção política da “Seara Nova”

por DAVID FERREIRA

Embora se tenha apresentado ao público como um grupo político republicano que «não é nem nunca será um partido político», marcando deste modo logo no primeiro número, de 15 de Outubro de 1921, a sua decisão de não intervir directa e activamente nas lutas partidárias, visto não pretender, «como grupo, a governança da Nação», foi mais tarde a *Seara Nova* obrigada a modificar um pouco as suas directrizes iniciais, a isso compelida pelas circunstâncias políticas do país. Não era, de resto, de surpreender que acontecesse aquilo que a alguns espiritos se apresentara como absolutamente inevitável. «Enfileirava na extrema esquerda da República»: tinha, entre muitos outros dos seus objectivos, a preocupação de contribuir para a criação duma opinião pública consciente e de levá-la a apoiar um conjunto de reformas necessárias para a transformação das condições de vida do português, sob todos os seus aspectos; estava disposta a «exercer mais que uma simples acção de crítica e de protesto»; e, ainda que afastada «dos partidos políticos», não o estava «da vida política»: tudo razões que a predestinavam a ter de intervir, em data não muito longínqua, nas lutas políticas nacionais duma maneira um pouco mais directa e activa do que inicialmente os seus fundadores haviam suposto. As próprias realidades da vida política portuguesa acabariam por forçar a *Seara Nova* a modificar a sua atitude primitiva. Era apenas uma questão de tempo.

Quatro dias depois do aparecimento do seu primeiro número, com a eclosão do movimento revolucionário conhecido pelo 19 de Outubro, que tão funda impressão causou no espírito público, era logo a *Seara Nova* solicitada a intervir na vida política da Nação. Correspondendo ao apêlo que lhe fôra dirigido «pelo senhor Presidente da República nas horas trágicas de 19 e 20», um dos directores fundadores da *Seara Nova* aceitou uma pasta no ministério que então se organizou, e, conseqüentemente, deixou de fazer parte do grupo. Por coerência, «mais alguns membros da direcção da *Seara Nova*», que haviam também sido instados para tomar conta doutras pastas, resolveram por forma categórica, todos eles separadamente e depois o grupo reunido, «declinar o convite».

Passados poucos meses e nas vésperas das eleições legislativas (as primeiras que se realizavam depois do movimento de 19 de Outubro) a que ia presidir o governo da chefia do sr. Cunha Leal, «alguns dos directores da *Seara Nova* foram convidados a fazer parte dum grupo de propaganda e acção política, onde coubessem, unidos por um programa mínimo comum, pessoas que partilhassem princípios diferentes, fora desse núcleo de acordo. Declarada a nação em grave perigo, agregavam-se os membros desse grupo para, por meio duma propaganda intensa: 1.º — dar ao país a consciência clara do estado angustioso a que chegou a crise portuguesa; 2.º — apontar como fundamental medida salvadora a solução dos problemas educativo e económico; 3.º —

verberar todos os processos políticos que concorreram para a nossa actual situação, condenando não só todos os factos escandalosos ocorridos na vida nacional, como os seus autores. Pretendendo exercer uma acção política, punha inteiramente de parte esse grupo a idea de formar um partido».

Entenderam os directores da *Seara Nova* que não podiam nem deviam negar o seu apoio ao nascente *Grupo de propaganda e acção republicana*, mas recusaram-se terminantemente a apresentar algumas candidaturas suas ao eleitorado, não dando neste ponto satisfação ao que lhes fora solicitado por aquele grupo. Feitas as eleições e arrumadas as forças políticas de acordo com as indicações do eleitorado, não voltou o *Grupo de propaganda e acção republicana* a dar sinais de vida. Todos o abandonaram, «incluindo os próprios que tinham provocado o movimento. No fim quase nos vimos sôzinhos, nós, os da *Seara Nova*. A experiência tentada dera este resultado: no meio de tantas ficções e fantasmagorias, a *Seara Nova* ficava a única realidade positiva.»

Em Fevereiro de 1922, instalado já no poder o governo constituído depois do acto eleitoral, teve a SEARA NOVA conhecimento de que uma nova revolução estava prestes a eclodir. A fim de a evitar, fez espalhar um manifesto que foi largamente distribuído e publicado pela imprensa diária, «lançando um grito de aviso e de protesto», que poderia, como de facto pôde, «influir benêficamente no ânimo dos conjurados». E àqueles que a atacaram por se não ter limitado «a denunciar o movimento à policia», respondeu a SEARA NOVA que os seus membros «julgam ter na sociedade portuguesa uma missão muito mais alta a desempenhar do que a de simples denunciadores. Não os preocuparam os homens, mas os factos. Não quiseram o castigo, mas a prevenção. Não consideraram os revolucionários como inimigos, mas como pessoas desvairadas. Não tentaram o seu encarceramento, mas a sua reconsideração. Foi tudo que pretenderam. Todas as perseguições violentas, todas as *revanches* insensatas estão inteiramente fora do seu pensamento».

«Preocupado com os perigos extremos da crise portuguesa», o grupo SEARA NOVA publica, em 15 de Abril de 1922, «um programa de governação extraordinária que julga indispensável entrar em execução para Portugal vencer as dificuldades presentes e consolidar os seus destinos». Reconhece o grupo, no preâmbulo desse programa, que «a tarefa é difícil, mas não é impossível». E declara mais: «Julgamos ainda que as próprias dificuldades da crise, tornando-se dia a dia mais angustiosas, acabarão por impor um programa de salvação pública». Nesta sua previsão, pretende a SEARA NOVA contribuir com o seu *programa mínimo* para as realizações mais urgentes da política nacional. Mas, «para o pôr em prática, não se constitui em partido político, nem se propõe a conquista do poder. Quere continuar sempre, como tem sido até aqui, um grupo de orientação doutrinária, formador de correntes de opinião, e exi-

gindo sempre, em nome da consciência nacional e do seu próprio pensamento ofendido, a satisfação dos mais altos interesses nacionais. Não querendo cons-programa, eie estará sempre disposto, porém, a colatituir, por si, um ministério para a execução desse borrar com todas as pessoas competentes e corajosas que o queiram realizar, e a apoiá-las decididamente enquanto se conservarem fieis ao seu espírito. À SEARA NOVA move-a apenas esta grande ambição: intervir activamente na vida política do país sem se transformar em partido político.»

A Nação, porém, continuava surda a todos os apelos, por mais dramáticos, que lhe dirigiam e cega para todos os males que de longa data secular se vinham acumulando à sua volta como uma ameaça terrível ao seu futuro. Por isso, em Março de 1923, é lançado novo apelo à Nação, o qual contém o programa governativo de reorganização nacional preconizado pela União Cívica. Mais uma vez a direcção da SEARA NOVA e os seus mais dedicados amigos e colaboradores, tendo em mente os supremos interesses da Nação, se prestavam a trabalhar em conjunto com individualidades de credos políticos diferentes. Vejamos algumas das passagens daquele apêlo: «Cumpramos acentuar, primeiramente, que o plano de providências proposto neste apêlo o submetemos a toda a Nação, com o desejo de concorrermos para o seu fortalecimento e prosperidade, sem pretensões a excluir nenhum esforço de partidos, colectividades, ou homens que possam e queiram efectivar, ajudar ou apoiar a sua execução. Por outro lado, as pessoas que o assinam não têm espirito messianista; sabem que a Nação é que se há-de salvar a si mesma; cumpre, porém, que alguém dentro dela tome a iniciativa de exprimir as necessidades e aspirações do País. Adiante propomos o programa de governação extraordinária que, em nosso entender, deveria ser posto em execução por um ministério nacional, que o Sr. Presidente da República, interpretando as sumas necessidades de Portugal e os maiores desejos do país, e conseguindo trêguas dos partidos, pudessem constituir em circunstâncias tão graves. É evidente que ele seria irrealizável e a salvação pública impossível, sem que um tal governo exercesse, durante certo período, poderes excepcionais e amplos. O melhor meio para isso consistiria em lhe serem concedidos estes pelo Congresso, com adiamento das sessões pelo prazo indispensável.»

Pela segunda vez a SEARA NOVA falava na hipótese duma ditadura consentida livremente pela Nação. Fizera-o pela primeira vez no seu programa mínimo de salvação pública, de Abril de 1922, ao afirmar: «A experiência tem demonstrado que só um esforço prodigioso, realizado fora dos métodos parlamentares (que somos os primeiros a defender nas circunstâncias normais da vida política) poderá encarrerar o país no caminho da salvação.» Desta segunda vez, porém, ou porque o documento chamasse mais a atenção dos meios políticos ou porque algumas das pessoas que o subscreviam não inspirassem a indispensável confiança ao espirito republicano do país, a sugestão da União Cívica provocou uma larga controvérsia entre a SEARA NOVA e a maior parte da imprensa, tanto da republicana como da própria monárquica. Estava, todavia, condenado ao mesmo fim do anterior o movimento da União Cívica. Depois dalguns meses em que foram levadas a efeito umas poucas de sessões de propaganda e em que se

realizaram algumas conferências, a União Cívica deixava de existir. Mas a SEARA NOVA subsistia, tal como nas suas colunas fora previsto quando a União Cívica fez o seu aparecimento.

Uma remodelação no corpo directivo da SEARA NOVA, em Abril de 1923, tinha vindo entretanto pôr em foco a verdadeira posição do grupo perante a política nacional. Assim, com a saída dalguns elementos e com a entrada do sr. António Sérgio para o seu corpo directivo, achava a SEARA NOVA conveniente reafirmar, entre outras declarações: «A SEARA NOVA ficará — não precisamente o que os seus detractores pretendem que ela seja, mas o que dela quiseram fazer os seus fundadores. Continuaremos, pois, a ser democratas — quer dizer, a reconhecer apenas como válidos os actos governativos aceites e impostos por uma opinião pública esclarecida. Continuaremos a ser republicanos de tendência socialista — quer dizer, a aceitar o princípio da intervenção do Estado na regulamentação das actividades, para pôr termo na medida do possível à anarquia económica, e estabelecer progressivamente a maior justiça distributiva compatível com as condições necessárias de todo o trabalho colectivo e os interesses da produção. Continuaremos a aceitar como bons os métodos governativos da democracia, e portanto a intervenção da vontade geral da nação, sob a forma de parlamento político, nos actos de legiferação e administração nacional, ainda que reconheçamos a necessidade de essa vontade ser esclarecida pela competência dos melhores, e de uma colaboração efectiva organizada entre os políticos e os representantes das profissões, reunidos numa espécie de parlamento técnico, de missão esclarecedora e consultiva, com direitos de proposição, mas sem voto deliberador, pois que o congresso político continuaria a ser o único órgão supremo do contróle e da vontade nacional; a defender a necessidade de coartar os abusos da riqueza; a combater enérgicamente todos os motins revolucionários e a própria idea de salvar a Pátria por métodos catastróficos; a afirmar a independência da religião e da política; finalmente, a desejar a organização e predomínio duma elite generosa, inteligente e sabedora.»

Em Outubro de 1923, quando o sr. Teixeira Gomes tomou posse do seu cargo de Presidente da República, entendeu o grupo SEARA NOVA apresentar-lhe, na fórmula consagrada de carta aberta, «a maneira de ver de um grupo consciente de patriotas. Chama-se esse grupo SEARA NOVA. Ouvirá dizer V. Ex.^a que a SEARA NOVA pouco peza. Dizem-no pessoas habituadas ao processo de agir dos partidos políticos, e que não contam com as forças morais. Outros lhe dirão que é comunista e bolchevista, e outras fantasias do mesmo género. A SEARA NOVA é democrata.» Depois de se referir ao que pretende que seja a sua acção como grupo político, prossegue: «Não quer isto dizer, Ex.^{mo} Senhor, que sejamos candidatos aos postos políticos nas grandes fainas de reconstrução. A SEARA NOVA não é um partido, nem se opõe a partido algum: deseja, sim, ajudar os partidos a aperfeiçoarem-se e a governar bem. O importante, para nós, não é ter a glória de reformadores: é que a reforma se ponha em obra». Mais algumas passagens de sentido nitidamente político: «É necessária a reforma do actual regime parlamentar; introduzir na Constituição o referendo e a iniciativa, e mora-

lizar cuidadosamente os processos eleitorais; não preconizamos o Presidencialismo puro, mas desejamos o presidente mais liberto dos parlamentos, e que não limite a sua função, como agora, à de máquina de assinar papéis onde se põe tudo o que os outros querem. São necessárias a Portugal, nos apuros a que está chegado, medidas de governo excepcionais. Cumpre formar, com políticos de prestígio moral, que se vão buscar onde quer que estejam, assistidos dos técnicos mais competentes, e seguros do acatamento e da disciplina da força armada — um governo que, com largas autorizações, possa resolver sinceramente o nosso problema financeiro, e lançar as bases, enfim, da reorganização da nacionalidade. Desejamos muito que os partidos queiram enveredar por essa estrada. Não nos anima qualquer empenho no desprestígio dos políticos; bem ao contrário. Existe quem pense neste momento numa ditadura militar, sob a sugestão dos acontecimentos de Espanha. A intervenção militar na política é sempre delicada e perigosíssima, e por isso os militares, sem deixarem de se interessar pelo governo do seu País, e de exercer a sua influência para que se regenere e se moralize, devem limitar, no entanto, ao mínimo necessário a sua intervenção directa nos negócios do governo.»

Estava ainda a SEARA NOVA destinada a ter contacto com outros grupos de ideologia política diferente da sua ou mesmo oposta a ela. Tendo como ponto de partida um incidente ocorrido, em Novembro de 1923, entre o maestro Francisco de Lacerda e uma empresa teatral de Lisboa, formou-se então o grupo denominado *Homens Livres*, que adoptou o mesmo título para o seu órgão na imprensa, de que publicou apenas dois números, em 1 e 12 de Dezembro do mesmo ano. Sob o ponto de vista puramente político, o movimento dos *Homens Livres* era bastante amorfo: dada a heterogeneidade dos elementos que o compunham, onde, ao lado de pessoas de reconhecida competência profissional, se encontravam outras sem quaisquer títulos que as impusessem ao país, e onde, emparceirando com individualidades que, embora de ideologia contrária à da SEARA NOVA, mereciam todo o respeito pelas suas virtudes cívicas e morais, aparecia também um ou outro encapotado pescador de águas turvas, mais empenhado em desacreditar a República do que em contribuir para a salvação do país sob a sua égide — dadas já estas circunstâncias de heterogeneidade, o movimento dos *Homens Livres* tinha fatalmente de contar a existência mais efémera de todas as tentativas de salvação nacional feitas até aí com a colaboração da SEARA NOVA. É certo que mais tarde, em Fevereiro de 1924, o sr. Filomeno da Câmara, numa entrevista concedida ao *Diário de Lisboa* acerca da formação da *Ação Nacional*, com que se pretendeu substituir ou dar continuidade ao movimento dos *Homens Livres*, atribuirá ao sr. António Sérgio a parte principal do fracasso daquele movimento.

A acusação contra o sr. António Sérgio fundamentava-se num facto ocorrido em Dezembro do ano anterior. O relato e a explicação desse facto são-nos dados pela própria SEARA NOVA através dos trechos que passamos a transcrever: «Por várias vezes a SEARA NOVA tem sido solicitada a colaborar no Governo. A essas solicitações tem ela oposto invariavelmente a sua recusa terminante,

porque a todos os argumentos se tem sobreposto sempre a firmeza dos seus princípios ou o simples sentido das conveniências morais. Também o sr. Álvaro de Castro entendeu que devia dar à SEARA NOVA a honra de convidar para o actual ministério um dos seus mais categorizados membros, o sr. Jaime Cortesão. Recusou este *in limine*, alegando, entre outros motivos, que era convicção da SEARA NOVA, já tantas vezes manifestada, que os problemas nacionais se não resolviam parceladamente, mas integrando-os numa obra de conjunto. Não se deu por vencido o sr. Álvaro de Castro, retorquindo que ao nosso grupo seriam dadas, não uma, mas três pastas (instrução, guerra e agricultura), duas das quais constituiriam realmente os eixos móveis dos nossos mais instantes problemas nacionais. Então o sr. Jaime Cortesão apelou para a decisão dos seus amigos, que foram de parecer que, nestas condições, tendo a SEARA possibilidade de pôr em prática algumas das medidas mais essenciais do seu plano de reformação, e dando-se ainda a circunstância de terem sido frustrados, mas não definitivamente afastados, o perigo e a vergonha dum golpe militar em benefício dum partido, não cabia ao nosso grupo o direito de manter a sua recusa a colaborar numa governação nacional. Persistir nela, sem motivo plausível, por simples desejo de *tôrre de marfim*, seria dar razão àqueles que insistentemente nos chamam teóricos e nefelibatas, e desconfiam da nossa capacidade de realização. Evidentemente que o ministério do sr. Álvaro de Castro não é positivamente o ministério ideal. Quem procura apenas intervir nas condições ideais arrisca-se a não intervir nunca, e manifesta, além do mais, a sua inadaptação social e a sua incapacidade de modificar a realidade. A SEARA NOVA está, pois, representada no ministério, e está representada para defender o seu ponto de vista de política geral e para pôr em prática os seus planos concretos de reformação. Quando a SEARA NOVA se convencesse de que os seus esforços eram inúteis, que os seus planos não eram aceites, o caminho estar-lhe-ia naturalmente indicado. Ela deixaria então de colaborar, e ergueria, ainda mais alto e com maior autoridade, o seu protesto. Ao contrário de certos políticos, manteremos no governo a nossa atitude da oposição.»

Os ministros que representavam a SEARA NOVA no governo eram: o sr. António Sérgio na pasta da Instrução Pública e o sr. Mário de Azevedo Gomes na da Agricultura. A pasta da Guerra fôra confiada, por indicação da SEARA NOVA, ao sr. major Ribeiro de Carvalho, que não pertencia, não havia pertencido nunca, nem mesmo depois pertenceu ao grupo SEARA NOVA, onde aliás contava amigos e admiradores, que o levaram mais tarde a colaborar nesta revista com artigos da sua especialidade militar.

Ao decidir participar no ministério do sr. Álvaro de Castro, adoptava a SEARA NOVA a modificação mais importante na sua linha de conduta política. As realidades nacionais forçavam-na a intervir activa e directamente na vida política do país, sem mesmo se ter verificado aquele mínimo de condições especiais com que ela encarara sempre a hipótese de participar no governo da Nação.

Cerca de dois meses se mantiveram no poder os dois ministros que representavam a SEARA

NOVA: alguns dos aspectos da sua acção governativa, que se encontra amplamente descrita nas colunas desta revista, conseguiram resistir ao tempo. Mantêm-se ainda de pé iniciativas e serviços criados então; lançou-se a sugestão de certas instituições, que foram organizadas mais tarde e que perduram hoje, sem que muita gente conheça sequer a sua verdadeira génese. O sr. Ribeiro de Carvalho demitira-se um pouco antes, tendo a comissão política da SEARA NOVA decidido que os seus dois ministros se solidarizassem com o ministro demissionário, que não concordou com tal atitude. Esperou, por isso, a SEARA NOVA que o Parlamento reconsiderasse na votação que levava o ministro da Guerra a demitir-se, declarando, no entanto, que, se o resultado não for favorável, «os seus ministros deixarão o poder». E acrescentava a nota fornecida pelo grupo à imprensa: «Seja, porém, qual for a atitude a que a força dos acontecimentos, a SEARA NOVA continuará prestando ao sr. dr. Álvaro de Castro todo o seu apoio enquanto reconhecer que s. ex.^a prossegue no caminho já encetado de moralização administrativa e implacável defesa dos dinheiros públicos». Não tendo, afinal, o Parlamento reconsiderado na sua votação, os representantes da SEARA NOVA deixaram também de fazer parte do governo.

Teria sido, pois, na opinião do sr. Filomeno da Câmara, a entrada do sr. António Sérgio para o ministério do sr. Álvaro de Castro a causa da dissolução dos *Homens Livres*, como se este movimento não estivesse irremissivelmente destinado desde a primeira hora a sumir-se do mundo real.

A participação governamental da SEARA NOVA, quaisquer que tenham sido então e sejam ainda hoje as opiniões a tal respeito, se teve na verdade inconvenientes, não deixou de lhe trazer algumas vantagens de apreciar, especialmente a de ter posto alguns dos seus homens no conhecimento mais directo de certos problemas, mostrando-lhes aspectos, quanto a pormenores de execução e ao seu condicionamento político, de que se não avalia a verdadeira extensão quando se não conhecem as responsabilidades efectivas do poder. Disso terão talvez beneficiado não apenas os próprios ministros como também os elementos da SEARA NOVA que com aqueles mais privaram e colaboraram durante a sua actividade ministerial. Mas, como era de prever, a entrada da SEARA NOVA no governo provocou, mesmo junto dos seus adeptos, as mais descontraídas opiniões, que persistiram e se manifestaram sempre que para isso houve ensejo. Por isso, quando bastante mais tarde, para se resolver uma crise política se falou novamente na SEARA NOVA, publicou esta revista a nota que se transcreve: «A SEARA NOVA foi bastante citada durante a crise, dizendo-se que a ela se recorreria para auxiliar a resolver a situação angustiosa. Parecia indicar tal facto uma confiança lisongeira na sua lealdade... além duma esperança na sua generosidade ingénua. Somos dos que julgam que os homens inteligentes e bem intencionados não se queimam com facilidade. Uns dizem que a SEARA não deve ser eternamente um grupo literário e utopista. Outros que a sua entrada no poder só enfraquece a sua acção. É a velha história do velho, do rapaz e do burro. Nós pensamos que, onde houver possibilidade de

fazer vingar perduravelmente uma das nossas ideias fundamentais, uma parcela útil dos nossos projectos, não devemos recusar o nosso esforço, que tem sempre o mérito de ser prestado sem ambições — e também sem grandes ilusões».

Nos últimos meses de 1924, tendo-se formado o governo da chefia do sr. José Domingues dos Santos, foi a pasta da Agricultura confiada ao sr. Ezequiel de Campos, que entrava para o ministério «para poder tentar a execução dalgumas medidas fundamentais da SEARA NOVA». E ao referir-se, a propósito, à sua primeira intervenção ministerial, acrescentava a SEARA NOVA: «A-pesar do pouco que durou, e da inércia do Parlamento, nada teve de estéril a primeira intervenção da SEARA NOVA no governo directo do País. Alguma coisa se conseguiu, a-pesar de tudo, nos dois meses em que foram ministros Azevedo Gomes, António Sérgio e Ribeiro de Carvalho; e o que elles fizeram nesses dois meses continuou produzindo consequências benéficas (como um dia demonstraremos) nos ministérios que vieram depois. O impulso persistiu, ainda que despercebido dos que não sabem compreender, ou não seguem com atenção, certas reformas que vão caminhando modesta e insensivelmente, como veio de água silencioso por baixo da folhagem rumorosa da política partidária». Na véspera da queda do governo, e ignorando ainda que o facto se daria, tinha a SEARA NOVA manifestado novamente ao presidente do ministério o seu apoio a grande parte da obra governativa. Justificando a sua atitude, declarou-se então nesta revista: «A actual popularidade do Presidente do Ministério, a par desses esteios carunchosos, outros tem de maior valor: é um — a sua independência em relação à Finança; o outro, a atitude atrabiliária dos seus interesseiros oppositores.» «A independência em relação às classes, sejam quais forem, é ideal do homem de Estado: muito especialmente, porém, com as que revelam certo pendor, como grande parte da nossa finança, a dominar e a abusar». «Sem, portanto, aplaudirmos de maneira geral o Ministério Domingues dos Santos, nem o conjunto dos seus processos, e fazendo depender a nossa atitude do procedimento que tivesse, aprovámos os intuitos reformadores que vimos aflorar no actual governo, e o seu empenho de manter o Estado acima dos interesses de quaisquer classes, na dignidade e autoridade do seu papel de coordenação».

Vieram depois o movimento de Abril de 1925, o do sr. Mendes Cabeçadas em 19 de Julho do mesmo ano e o dos srs. Lacerda de Almeida e Martins Júnior nos primeiros dias de Fevereiro de 1926. Para todas estas tentativas revolucionárias teve a SEARA NOVA a mesma atitude de absoluta e formal condenação. Tendo flagelado sempre, desde o seu primeiro número, o recurso à revolução, a SEARA NOVA continuava fiel às suas atitudes e coerente com as suas palavras, resistindo até «a todas as tentativas de sidonismo e a todas as revoluções (da esquerda e da direita) para que em vão nos fêem querido arrastar. Muita gente se irrita com a nossa atitude inalteravelmente democrática, sempre fiel à República e aos seus princípios. Sabem bem que nos recusámos sempre a entrar em todos os movimentos que não fossem precedidos por uma campanha nacional e se não apoiassem na grande massa republicana».

O mal, porém, afigurava-se-lhe mais grave durante os dois últimos anos, em que, dir-se-ia, a Nação quase inteira apelava de novo para o sebastianismo político.

Nesta orientação de ideias continuou a SEARA NOVA a batalhar até o momento em que, aparecendo o Fascismo já como uma ameaça à paz entre as nações, se decidiu a colaborar mais directa e activamente na propaganda contra aquele regime político. No seu número de 27 de Março de 1926, relata-se a intervenção da SEARA NOVA, nos termos que seguem: «Depois duma semana de intensa propaganda anti-fascista, realizou-se na quarta-feira, à noite, no ginásio do Liceu de Camões, uma grande sessão final, em que falaram a maioria dos oradores empenhados nessa obra de defesa das liberdades adquiridas. Com uma concorrência formidável, no mais extraordinário entusiasmo, recordando aos espíritos comovidos os tempos da propaganda republicana anterior a 5 de Outubro, essas centenas de homens comungaram no compromisso solene duma frente única contra esta ameaça: a implantação triunfante, em Portugal, do espírito, das violências e dos processos mussolinistas. A SEARA NOVA teve o seu lugar nitidamente marcado nessa sessão. Os seus oradores, Rodrigues Miguéis e Câmara Reis, foram escutados com o maior respeito e saudosos calorosamente, porque, não lisonjeando o espírito simplista da multidão, pronunciaram, como todos ou quase todos os oradores, palavras limpidas, concretas, reçumantes de verdade, reveladoras de caracteres que nada devem nem nada temem, — palavras com a nudez impoluta de afirmações idealistas, aceitando a solidariedade, porventura momentânea, de outros homens sinceros, mas de credos diferentes, falange do mesmo ideal de liberdade. Se amanhã esses homens, ali unidos, divergirem profundamente na maneira de combater o fascismo e de remediar as causas mediatas e imediatas da sua eclosão na Europa — nunca poderão esquecer, por certo, a estreita camaradagem dessas belas horas, em que falaram às fileiras cerradas e inquietas do Povo, esquecidos da divergência dos programas, das paixões, das doutrinas, dos seus agrupamentos e partidos». Durante aquela semana haviam sido espalhados por todo o País alguns milhares de exemplares do brilhante artigo, saído da pena clara e vigorosa de Raúl Proença, sobre o Fascismo, do qual transcrevemos estes passos lapidares: «Um govêrno assim só pode sustentar-se, numa sociedade moderna, numa sociedade que viveu já sob formas democráticas, embora imperfeitas e adulteradas, fazendo do crime um instrumento de govêrno e da violência a *ordem do dia* permanente». «Se deixássemos desenvolver os fascismos nacionais, gêrmens de outros tantos imperialismos, o choque destes vários imperialismos, exasperados e megalomânicos, daria no futuro a guerra maior que o mundo ainda viu. Seria talvez a ruína, por muitos séculos, de toda a Civilização».

De todos os ensinamentos colhidos nas cadeiras do poder havia sido sem dúvida o da falta duma imprensa capaz de pôr-se dedicadamente ao serviço da Nação e de fazer a propaganda das reformas mais necessárias e urgentes um dos que mais impressionaram a SEARA NOVA. Em sucessivas alusões a este problema capital para a vida das Democracias se foi referindo a SEARA NOVA através das suas

colunas: «A SEARA NOVA não tem nenhum órgão que defenda a sua orientação política na imprensa diária; nem está disposta a empregar os meios fáceis com que habitualmente se reclamam os supostos planos salvadores. Há, todavia, obras dentro da governação pública, que não deixam de representar um grande e honesto esforço, mau grado não serem apregoadas pelas tubas diárias da imprensa». «Continuarão os republicanos a ser representados por uma imprensa inconcebível, infinitamente inferior, pelo espírito, pelo talento, pela inteligência e pela cultura, à sua própria *élite* — uma imprensa incapaz de orientar e discutir, de esmagar pela cólera ou de conquistar pela persuasão, e que dá aos monárquicos a impressão que no nosso campo é tudo uma súcia de idiotas?» «Poderemos ter, algum dia, um grande diário de informação, de doutrina e crítica social?... Com esse sonho vivemos, embora na incerteza de o realizar. Seria um órgão da opinião pública, sem o imperativo vermelho dos sindicatos operários, sem o dogma do sr. Fernando de Sousa, sem o santo e a senha da Moagem, sem os ditames dos partidos. Uma folha honesta, limpa, inteligente, viva — um banho matinal de luz, de ideias, de civismo, de sã alegria do espírito. Haverá, em Portugal, um público esclarecido que avivente uma empresa tão bela?» «Um grande jornal independente, livre, colaborado pelas melhores penas do regime — um grande jornal que *faça a luz* — é a primeira necessidade da República». «A grande Imprensa, pela maneira como está exercendo a sua missão crítica, produziu no país uma decadência completa do gôsto. Uma imprensa que não tem nenhuma espécie de convicção doutrinária, que não tem outro ideal que não seja o de aumentar a sua tiragem e a sua receita de anúncios, e em que à Política e à consideração do interesse geral se sobrepõem a Finança e os interesses dum Grupo Bancário». «O que urge antes de mais nada é criar um grande jornal que seja a expressão suprema da consciência portuguesa. É-nos absolutamente necessário criar um grande jornal livre, que seja um legítimo *Poder espiritual*, para que a Moagem não continue a ter a pretensão de dar-nos, com o Pão do Corpo, o Pão do Espírito, e para que ela moa tudo quanto quizer, mas que enfim nos não moa a paciência». «Criação dum grande jornal republicano independente — uma autêntica *Voz Livre* — que, sendo feito e dirigido só por republicanos, tenha por objectivo o bem e o prestígio da Nação».

Para que fosse criado esse grande jornal, tão insistentemente pedido pela SEARA NOVA e tão reclamado pela opinião republicana do País, chegou a constituir-se uma grande comissão, que tinha por encargo efectivar aquele desejo. Essa comissão, de que faziam parte figuras de prestígio da República, umas independentes e outras filiadas em partidos políticos, e onde a SEARA NOVA estava largamente representada, iniciou com exito os seus trabalhos no verão de 1925. Ainda se manteve em exercício até aos primeiros meses de 1926; mas o ímpeto inicial fora-se amortecendo a pouco e pouco, pelas variadíssimas circunstâncias que inutilizam quase todas as iniciativas dos portugueses e às quais também não foram estranhas certas pressões de ordem partidária junto dalguns elementos que, desde princípio, haviam mostrado verdadeiro interesse pela ideia em marcha. Por fim, como sempre, todos

debandaram — mas a SEARA NOVA ficou. E continuou a pugnar pela criação dum grande jornal republicano independente, vazado nos moldes tantas vezes definidos nas suas colunas.

Desejando contribuir para a clarificação do ambiente político, que os incidentes da vida interna do Partido Republicano Português muito haviam adensado, mormente no momento em que a falange do sr. José Domingues dos Santos foi obrigada a abandonar o Partido, indo criar em seguida o Partido Republicano da Esquerda Democrática, preconizou a SEARA NOVA que as eleições de Novembro de 1925, tanto as legislativas como as administrativas, fossem disputadas por uma coligação constituída por todos aqueles que combatiam os processos políticos personificados, no poder, pelo sr. António Maria da Silva, e, na opposição, pelo sr. Cunha Leal. Não chegaram, porém, ao desejado acordo, nem esquerdistas, nem radicais, nem socialistas; mas estes últimos conseguiram fazer eleger em Lisboa, com os votos dos democráticos conservadores, os dois únicos deputados que levaram ao Parlamento: os srs. Ramada Curto e Amâncio de Alpoim. É que a SEARA NOVA estava profundamente convencida de que os processos políticos do sr. António Maria da Silva, além de perniciosos no momento, comprometiam o futuro da República. Já muito antes, em 15 de Julho de 1925, mostrara a SEARA NOVA os seus receios nestas palavras: «É certo que para muitos o sr. António Maria da Silva é uma pessoa hábil. Pois nós rogamos a Deus Todo Poderoso que o salve a ele ou nos salve a nós das suas tremendas habilidades!» Mas quando, seguindo as indicações do directório do P. R. P., que dispunha de maioria absoluta no novo Parlamento, o sr. Presidente da República encarregou o sr. António Maria da Silva de formar governo, a SEARA NOVA publicou, no seu número de 2 de Janeiro de 1926, estas palavras verdadeiramente proféticas: «Permita que lhe diga, senhor Presidente, que esta não era a hora do sr. António Maria da Silva. Bateu-a talvez o relógio do Congresso, bateu-a o do sr. Custódio de Mendonça, o do sr. Silva Barreto... Mas em todos os outros relógios do país, afinados pelo meridiano da nossa verdadeira longitude, a hora que bateu, que eu ouvi-a, embora surda, como a duma cebola de algibeira, se foi a do sr. António Maria da Silva... não foi a do seu triunfo, mas a do seu declínio».

O novo ministério tinha de resolver, entre outras, a importantíssima questão dos Tabacos, que, no momento, dominava de longe todas as outras questões nacionais, cuja melhor ou pior solução dependia em absoluto da maneira como a questão dos Tabacos fosse arrumada. Para avaliar da importância da questão dos Tabacos, passamos a transcrever algumas das passagens do artigo que sobre o assunto o sr. Quirino de Jesus publicou em 20 de Fevereiro de 1926, nas colunas desta revista: «No começo de 1891, a dívida flutuante no estrangeiro atingira a elevada cifra de 23.798 contos, Libras 5.293.000. Um grupo financeiro internacional, a que pertencia Burnay, fez pressão com as letras em vencimento. Com essa coacção arrancou do Estado, para seu gozo, o exclusivo da indústria dos tabacos por 35 anos. Era a pretexto de se fazer em troca, para as liquidações e necessidades do Tesouro, o chamado empréstimo de £ 10.000.000, completado

em 1896: indo também até abril de 1926 a amortização». «O empréstimo, em si mesmo, foi talvez o pior de Portugal: o que não é dizer pouco! Nem serviu para fomentos, organizações e progressos. Apenas a sua migalha de 1896 foi para uns modestos navios de guerra. O produto de quase todas as obrigações foi para encher buracos de gerências anteriores e bocas e ventres de tubarões. Ficou na maior parte pelo caminho das liquidações de débitos flutuantes, de contas fantásticas e escuras, de comissões e agiotagens insaciáveis e de *chantages* célebres. Mas tivemos de pagar aos prestamistas, em juros e amortizações, nada menos que Libras 21.000.000 em 35 anos! Fixe o leitor a cifra, porque o rendimento fiscal dos tabacos, no mesmo período, foi pouco além disso! A melhor substância foi para a engorda farta do grupo e dos que foram aderindo como administradores, advogados, padrinhos, protectores e servidores da Companhia! Ao mesmo tempo ia Portugal rolando nos despenhadeiros. O mais grave para a nação foi o próprio exclusivo da Companhia». «O Tesouro deveria ter recebido, entre 1891 e 1926, ao menos £ 50.000.000. Seria, muito naturalmente, mais do dobro da importância que ele teve de entregar aos fornecedores dos supostos 10 milhões esterlinos. Mas o Tesouro só teve então o rendimento de £ 29.000.000! Foi quase metade apenas do que devia ter colhido. Foi só tanto como pagou aos prestamistas e mais 38 %». «Nos 35 anos os proveitos da Companhia devem ter sido de milhões de libras: que se devem juntar aos da exploração do empréstimo».

Sabia a SEARA NOVA que os monopólios e os acordos e ajustamentos posteriores, cuja história se encontra magistralmente comentada pelo lápis de Rafael Bordalo Pinheiro através das suas publicações, tinham dado sempre aso, no tempo da Monarquia, às suspeições mais tenazes e às mais retumbantes acusações. Para a Nação se não deixar envolver pelo mesmo turbilhão deletério, lembrava a SEARA NOVA, em 27 de Maio de 1926: «*Régie*, liberdade, monopólio — em volta das três palavras levantou-se não apenas uma discussão decorosa de ideas e princípios, mas a mais desbocada campanha de insinuações e insultos. De um e outro lado se fala de corrupção, venalidade, suborno. Como ao tempo da intervenção na guerra, citam-se gorjetas, inventam-se infâmias, urdem-se calúnias. Não será possível admitir que se defenda a *régie*, sem se ser delapidador do erário? Não é crível que os defensores da liberdade a apregoem, sem lhes besuntarem as mãos? O próprio horror ao monopólio não será um espectro retórico da propaganda?»

Era natural que cada partido político se esforçasse por fazer triunfar a sua solução. Entendendo, porém, que os mais altos interesses nacionais deveriam sobrepor-se aos interesses políticos dos partidos e agrupamentos e aos interesses materiais das clientelas devoristas da Banca e da Finança, empenhadas também no triunfo da sua solução, decidiu a SEARA NOVA promover um amplo debate acerca da questão dos Tabacos. Prestou-nos em tal emergência a sua valiosa colaboração o sr. Alvaro de Castro, que se prontificou a orientar o número especial que a SEARA deveria publicar sobre o assunto.

Aos representantes, que nos pareceram mais indicados, dos vários partidos e agrupamentos políti-

cos, quer republicanos quer monárquicos (dos monárquicos constitucionais foi escolhido o sr. Alberto Pinheiro Torres); aos representantes das várias correntes do operariado; a certas individualidades dos meios de negócios, e a algumas pessoas categorizadas pela sua competência e pela sua dedicação ao estudo dos problemas económicos, financeiros e sociais — foi entregue um pormenorizado questionário acerca da maneira como entendiam dever ser resolvida a questão dos Tabacos. Depois de recolhidas todas as respostas, que seriam integralmente publicadas no seu número especial, emitiria em seguida a SEARA NOVA as suas conclusões sobre o assunto, fundamentadas no estudo dos pontos de vista expendidos livremente pelas mais variadas opiniões. A Nação ficaria assim convenientemente elucidada. E este comércio de ideias teria a vantagem de permitir a toda a gente escolher, preconizar, apoiar e defender a solução que lhe parecesse mais consentânea com os supremos interesses nacionais.

Não pode, todavia, a SEARA NOVA contri-

buir, como desejava, para o esclarecimento desta magna questão, a que o sr. Quirino de Jesus se referia nos seguintes termos: «Após 35 anos de cativo doloroso, em que o mais forte recurso das nossas finanças andou a servir a voracidade sindical, em desequilíbrio do Tesouro público, Portugal pode sair dos seus ferros abomináveis para o esforço restaurador. Amaldiçoados sejam pelos outros os portugueses que trabalhem para a mesma escravidão e contra o levantamento possível de Portugal!» O tempo passava, sem que as respostas ao nosso inquérito nos fossem remetidas, apesar das diligências feitas pessoalmente por quem subscreve estas linhas. No fragor das lutas políticas, em que todos os portugueses se encarniçavam, era difícil encontrar vagares para os estudos serenos e reflectidos. Mas nem por isso a SEARA NOVA desistiria do seu intento, se porventura as horas que posteriormente vieram a não tivessem forçado a modificar por completo a quase totalidade dos seus projectos.

J O R N A L

O QUE DEVERIA SER E O QUE NÃO É A «IMPRESA DA PROVÍNCIA»

Foi-nos dado ler, há dias, num dos principais diários da capital, um artigo sobre *A Imprensa da Província*, no qual se faz a defeza do «valor e utilidade dos jornais que se publicam, diariamente, semanalmente ou quinzenalmente, em cidades e vilas de maior ou menor importância.»

E porque nos parece que as afirmações nele feitas não são inteiramente verdadeiras e podem induzir em erro o leitor desprevenido e mal informado, eis a razão destes comentários breves que têm como valor máximo o desejo honesto de pôr as coisas nos seus devidos lugares.

Após a leitura do referido artigo, ficamos com a impressão de que os jornais da província navegam num autêntico mar de rosas, que nunca, como agora, eles atingiram um tão alto valor, quer sob o aspecto intelectual, quer como «agitadores de problemas» de interesse local ou nacional. Senão, vejamos as próprias palavras do anónimo articulista: depois de chamar a estes jornais «os porta-vozes do progresso» declara que «a nossa Imprensa provinciana cumpre exemplarmente o seu dever de defensora dos interesses da região a que pertence, de agitadora de problemas vitais que, no fim de contas, devem ser olhados por todo o País, porque a todo o País dizem respeito.»

Parece-nos que há nestas afirmações um flagrante exagero. Exagero que nos cumpre desfazer em nome da verdade.

Não, senhor articulista anónimo! A imprensa da província atravessa actualmente uma das maiores crises por que tem passado. Peguemos num desses periódicos que se publicam no Minho ou no Algarve e veremos imediatamente o estado lamentável em que esta imprensa se encontra. E' raro aparecer um artigo de real interesse, os verdadeiros problemas locais e nacionais são esquecidos.

«Cumprir exemplarmente o seu dever de defensor dos interesses da região», senhor articulista anónimo, é agitar os problemas que a todos dizem respeito, é discutir as questões locais, tendo como finalidade servir os interesses das populações das suas zonas; é pôr a nu o estado em que se encontram os problemas; é mostrar se eles estão em vias de solução; é indicar aos leitores, o que é necessário fazer para que eles apareçam resolvidos. E' relacionar os problemas locais com os problemas nacionais e mostrar que aqueles estão ligados a um todo, do qual, em grande parte, dependem.

Onde encontrou o senhor articulista, «entre as centenas de publicações diárias ou hebdomadárias que vêm a luz na nossa província», um número suficiente para fazer generalizações acerca do estado actual da nossa imprensa da província? Existe meia dúzia destes jornais — e nós sabemos-lo — que cumpre bem o seu papel. Mas entre as centenas a que se refere, esta meia dúzia é uma percentagem tão pequena, que o facto nos aparece como uma excepção, honrosa e digna excepção, que não faz regra.

«Cumprir exemplarmente o seu dever de defensor dos interesses da região» é tratar, de um modo esclarecedor, os problemas culturais, sociais e económicos que directa ou indirectamente dizem respeito a essa região. E' fornecer elementos e orientar, é ser «porta-voz do progresso», segundo a sua própria expressão, senhor articulista.

Afirma-se a meio do artigo que «tem tradições muito nobres a Imprensa da província». Inteiramente de acordo. Mas essas tradições — em abono da verdade se diga — têm sido muito mal continuadas.

Não se julgue por tudo isto que nós somos contra esta imprensa. Bem pelo contrário. Nós pensamos que é necessário defender e intensificar estas publicações perilólicas; que há que desenvolver uma campanha de auxílio, por parte dos intelectuais e artistas portugueses, para que ela possa «cumprir exemplarmente» a sua missão.

A utilidade da imprensa da província, quando bem dirigida, é tão grande que só por estupidez ou má-intenção poderá ser negada. Mas afirmar que ela vive num estado de que nos devemos orgulhar — é que nos parece demasiado longe da verdade.

NATANIEL COSTA

LIVROS

UMA GOTA DE SANGUE — (A Velha Casa), romance, por JOSÉ RÉGIO — Editorial Inquérito, Lisboa. — Num artigo publicado há cerca de oito anos no extinto jornal *O Diabo*, apontava eu como tentativa, em parte bem sucedida, de romance da vida adolescente, a obra de José Régio, *Jogo da cabra cega*, hoje ainda fora do mercado por motivos estranhos à vontade do autor. Relendo esse a muitos títulos excepcional romance, verifiquei não ter grande coisa a rectificar na opinião então expressa. Embora em *Jogo da cabra cega* se trate de indivíduos que já passaram a «idade perigosa», a caminho, portanto, da maturidade, sente-se bem neles, ainda, uma vida psi-